

Ave p A24 Belém Ouro

Exploração mineral e Constituição

JOSÉ MATIAS PEREIRA

Parece-me oportuno chamar a atenção para alguns dados colocados em discussão durante a recente realização, no Rio de Janeiro, do "Seminário do Ouro", promovido pela Associação Brasileira dos Produtores de Ouro.

Segundo os especialistas internacionais na produção de ouro, o Brasil geologicamente é um país promissor para investimento na pesquisa e na lavra de minerais de ouro, por parte do capital estrangeiro. Esse interesse está ligado ao fato de que parte significativa do seu subsolo é ainda desconhecido e necessita de um volume maior de pesquisas.

De acordo com os dados apresentados, o Brasil vem caindo de posição e ocupa atualmente o sétimo lugar entre os maiores produtores de ouro do mundo. Essa perda de posição é decorrente da queda da produção "oficial" nos últimos anos. Em 1986, a produção nacional situou-se em 24 toneladas de ouro. A África do Sul se apresenta como o maior produtor mundial e estima-se que irá produzir no corrente ano cerca de 670 toneladas de ouro. Os dados disponíveis indicam que a produção sul-americana deverá manter-se estável nos próximos três anos (começará a declinar após 1990) e deverá ser substituída no futuro pela produção brasileira, canadense, australiana e norte-americana.

A produção mundial de ouro em 1986 foi de 1.270 toneladas. A nível de previsão, os levantamentos feitos pelas empresas produtoras de ouro (quanto à disponibilidade do mineral no mundo) indicam que poderá ocorrer uma oferta maior que a demanda, o que ocasionará uma queda acentuada nos preços do mineral, daqui a três anos.

Foi sugerido ainda, durante os debates e manifestações dos técnicos estrangeiros, e em especial do Canadá, que os bancos ao negociarem os seus créditos com o Brasil transformem esse capital devedor em capital de risco, orientando-o para investimentos na área de mineração, notadamente no setor de ouro. Vale ressaltar que tal sugestão reforça a afirmação inicial de que o Brasil é um país atrativo para investimento na pesquisa e na lavra de minerais de ouro.

Por outro lado, a sustentação da tese de que os riscos de investimentos na produção de ouro na Amazônia são muito elevados, pela carência de infra-estrutura, não encontram eco na prática. O Grupo Shell

(multinacional holandesa), por exemplo, através de sua subsidiária, a Billiton Metais S/A, está investindo (associada a grupos nacionais) cerca de US\$ 11,5 milhões em três projetos de pesquisa e produção de ouro no país. Dois desses projetos estão localizados na Amazônia, e mais especificamente no Pará. O primeiro projeto está sediado em Bacajá, numa área de 80 quilômetros quadrados, onde estão sendo aplicados US\$ 6 milhões, em conjunto com o grupo Velrome. O outro projeto voltado para a pesquisa de ouro está localizado na região do Xingu (projeto Balisa), com investimentos programados de US\$ 1,5 milhão, em associação com o grupo Multiple (nacional).

Foi possível constatar também, com base nos debates, que é possível a coexistência entre a produção manual (garimpo) e a mecanizada. O que torna-se necessário é a delimitação das atividades das empresas na produção de ouro e as áreas de garimpo (até porque as áreas de garimpo são muito pequenas). Através da organização do sistema de produção é factível evitar os conflitos entre as mineradoras e garimpeiros.

Após essas considerações, e para concluir, parece-me oportuno registrar que o ponto central das discussões, apesar de não ter ficado explícito nos debates, não estava puramente localizado na questão da produção mineral, mas sim na expectativa da política mineral que será orientada a partir da nova constituição do país e em especial no que diz respeito ao espaço para a atuação das empresas estrangeiras na produção mineral brasileira. A perspectiva de atração de novos investimentos externos, e mesmo a permanência do capital estrangeiro aplicado na área, está diretamente relacionado com as definições básicas que serão orientadas pelos constituintes para o setor. Creio que a tendência é de que prevaleça o bom senso. E nesse caso entendo que o melhor para o Brasil (considerando as suas dimensões continentais e a baixa capacidade de poupança interna), é que o capital externo seja bem vindo, desde que o governo tenha sobre o setor um controle efetivo e eficaz.

JOSÉ MATIAS PEREIRA, 35, é economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social, mestre em Planejamento Rural pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Assuntos Econômicos da Amazônia.

10 JUN 1987

FOLHA DE SÃO PAULO